

A GEOGRAFIA ESCOLAR E AS QUESTÕES AMBIENTAIS

Edson Soares Fialho

Departamento de Geografia
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Campus Universitário – Viçosa – MG
36570-000
E-mail: fialho@ufv.br

Resumo: Ao longo do século XX, a Geografia Escolar oscilou entre a total despolitização da visão naturalista até a visão marxista. Estas perspectivas, durante muito tempo foram auto-excludentes, porém a demanda ambiental requisita uma nova forma de compreensão da realidade, a fim de melhor atuar no processo de organização do espaço geográfico. Neste sentido, o presente trabalho, procura refletir sobre a contribuição da Geografia Escolar frente à problemática ambiental à luz da dicotomia da Geografia Científica.

Palavras Chave: Geografia, Clima e Escola.

Abstract: Along the century XX, the school geography oscillated among to total alienation of the naturalistic vision to the marxist vision. These perspectives, for a long time were solemnity-excluding, however the environmental demand requests a new form of understanding of the reality, in order to best to act in the process of organization of the geographical space. In this sense, the present work, tries to contemplate about the contribution of the geography school front to the environmental problem to the light of the dichotomy of the scientific geography.

Keywords: Geography, Climate and School.

Introdução

Os conteúdos programáticos da disciplina Geografia no Ensino Fundamental e Médio contemplam várias matrizes do pensamento geográfico, que abordam o espaço sob diferentes

perspectivas. Nas últimas décadas do século XX, as questões ambientais vêm recebendo maior atenção, em razão do intensivo modo de exploração e degradação dos recursos naturais.

A consequência deste processo é identificada nas configurações dos manuais didáticos: a primeira é a revalorização do conhecimento geográfico e a segunda é o reordenamento das chamadas dos capítulos apresentados em muitos livros didáticos. De acordo com Moreira [1] a temática referente aos recursos naturais e aspectos físicos, herdou a influência da obra clássica de Emanuel de Martonne, de 1909, intitulada: *Tratado de Geografia Física*, na qual a natureza se apresenta em capítulos com a seguinte ordem: relevo, geologia, clima, bacia fluvial, solo e vegetação.

Neste contexto de grande preocupação com as consequências da modernidade, pode-se dizer que há uma revalorização dos conteúdos de Geografia na Escola? E, por conseguinte, dos conhecimentos vinculados à Geografia Física? Identificado como o mais direcionado a compreensão dos processos vinculados aos fenômenos naturais.

Será que estes conteúdos de fato auxiliam na compreensão dos problemas sociais e políticos? Ou ainda é desconsiderada até por parte do corpo docente da Escola por ser despolitizada? Mesmo vivenciando a Era do ambientalismo, datada a partir da década de 1960, com o reconhecimento dos problemas ambientais pelo Clube de Roma¹, que desencadeou o processo de elaboração da primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (CMMA), realizada em Estocolmo em 1972.

A temática ambiental é abordada na Escola através de propostas pedagógicas centradas na conscientização e participação dos educandos. De acordo com Jacobi [2] a educação ambiental é

¹ O Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e , sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Fundado em 1968, ao se consolidou em 1972 em razão da publicação do relatório conhecido por Meadows, intitulado *Os Limites do Crescimento*. O atual presidente do grupo é o Príncipe [El Hassan bin Talal](#) da [Jordânia](#). Outros membros ativos são Benjamin Bassin, a Rainha [Beatriz dos Países Baixos](#), [Roberto Peccei](#), [Maria Ramirez Ribes](#), [Victor A. Sadovnichy](#), [Adam Schaff](#), Majid Tehranian, Raoul Weiler, Anders Wijkman, [Fernando Henrique Cardoso](#) e [Mikhail Gorbachev](#). (Fonte: <http://www.clubofrome.org/>).

um componente de uma cidadania abrangente, ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade.

A partir dessas ponderações iniciais, as provocações suscitadas neste trabalho têm como objetivo iniciar uma reflexão sobre o ensino de Geografia e as questões ambientais na Escola.

O Caminho da Geografia na Escola

O ensino de Geografia na Escola sempre abordou os temas da natureza e das relações humanas estabelecidas no espaço geográfico, com a pretensão de contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de atuar no processo de construção de um futuro melhor.

Bernardes et. al. [3] corroboram esta idéia ao defender que o desafio da ciência geográfica é conseguir atuar como mediadora e esclarecedora para despertar na sociedade, por meio da prática educativa, a sensibilização para a preservação da natureza e sua utilização com responsabilidade.

Esta conscientização, por parte do corpo docente para o ensino de Geografia, é apontada nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) oriundos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Entretanto, nem sempre foi assim, uma vez que o ensino de Geografia oscilou entre os extremos vividos, tanto pela Geografia Tradicional, que subtrai do homem seu caráter social, priorizando o estudo naturalizante das paisagens, quanto pela Geografia Crítica, onde o conceito de espaço geográfico é elaborado como sendo o resultado das maneiras de como os homens organizam sua vida e suas formas de produção. A natureza passa a ser vista como recurso à produção, o que aponta para uma limitação quanto à possibilidade analítica em relação às dinâmicas da natureza.

Em busca de uma alternativa ao ensino de Geografia Kozel [4] constata que os elementos, tais como: memória, vivência, cultura e o saber geográfico são provenientes da Geografia da percepção que se constituem em uma nova maneira de ensinar os conteúdos

geográficos. Valoriza o cotidiano e as relações humanas com o lugar, no intuito de se construir um alicerce a partir dos saberes cotidianos até alcançar a compreensão das relações humanas e organizações espaciais.

Cabe salientar ainda, que o processo de construção do conhecimento, a partir do lugar, da experiência de vida e da cultura, não é uma exclusividade da Geografia Escolar, tanto assim, que as práticas pedagógicas desenvolvidas procuram agregar o máximo de disciplinas distintas e/ou afins para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Trata-se de outra maneira de conceber a relação ensino–aprendizagem. Uma destas práticas refere-se ao trabalho de campo transdisciplinar, que no espaço escolar, conforme Fialho [5] procura criar condições para que se possa despertar um novo olhar sobre o mundo, com base na observação sensível do discente.

De acordo com Bortolozzi e Perez Filho [6] a tentativa de buscar uma forma de compreender a questão ambiental apresenta-se hoje revigorada no pensamento contemporâneo, caracterizando-se por: novas formas de abordagens, dos conteúdos, valorização dos novos conceitos e mentalidades, podendo assim contribuir para uma mudança paradigmática do saber, por meio da negação da dicotomia entre as ciências tecnológicas e humanas. Propõe o resgate da cultura, a fim de proporcionar novas possibilidades de construções conceituais, capazes de apontar para a realização de ações sociais mais justas.

A Geografia Escolar e as Questões Ambientais

As ações humanas desorganizadas, a partir da segunda metade do século XX, intensificaram as pressões de exploração sobre os recursos naturais. Hoje se coloca em risco a própria existência humana, pelo menos em alguns lugares do planeta Terra. A consequência disto é a percepção de que os indivíduos estão mais sensíveis e receptivos as informações que abordam as questões ambientais.

Em razão deste aumento, Sanches [7] afirma que há uma retomada de interesse relacionado à Geografia Física. Esta assumida como instrumento de análise e reflexão das questões ambientais,

uma vez que o espaço geográfico – objeto de estudo da Geografia – é produto da ação humana sobre o ambiente natural e que todas as questões de ordem ambiental se arranjam como consequências dessa relação.

Apesar de o autor verificar uma revalorização dos conteúdos de Geografia Física, acredita-se que seja necessário repensar se há realmente este interesse, pelo fato de Moreira [8] constatar, com base em sua experiência docente, que os conteúdos de Geografia Física encontram uma receptividade distinta quando se trata de alunos do Ensino Fundamental (quinta e sexta série) e do Ensino Médio (ou ainda alunos que se preparam para o vestibular e concursos). De acordo com o autor os alunos do Ensino Fundamental têm um interesse “mágico”. Tudo é novo e desvendar o funcionamento de alguns fenômenos da natureza parece justificar a razão de tal dedicação. Já os do Ensino Médio, geralmente, parecem muito mais interessados nas questões relacionadas à Geopolítica Internacional, já que estas questões podem ser acessadas pela leitura de jornais, artigos, revistas, programas jornalísticos e internet. Talvez isto explique, porque uma parcela considerável dos alunos em fase de preparação para o vestibular acredita estar estudando e compreendendo a Geografia.

Para buscar responder esta questão, inicialmente, se faz necessário definir o que é *Geografia*. Esta definição encontra-se calcada na concepção social dos pesquisadores, que pode representar um segmento ou entendimento do que seja a Geografia.

Para Christofolletti [9], Emanuel de Martonne, 1909, enuncia que a Geografia moderna deve se preocupar com a distribuição à superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas dessa distribuição e as relações locais desses fenômenos. A Geografia, neste caso, é a ciência da organização do espaço terrestre pelo homem.

Já Georges et. al., 1996 *apud* Fournier [10], entende a Geografia como sendo uma ciência social. De acordo com este posicionamento a Geografia é apresentada como a disciplina que estuda um espaço organizado por uma sociedade. Ou ainda entendida com uma ciência social do território, conforme Bertrand [11], uma vez que não há território sem natureza.

Estas diferenças conceituais produzem inúmeros conflitos em vários departamentos de Geografia no Brasil e no mundo, na medida em que, se questiona o fato da Geografia mais próxima às ciências naturais (Geografia Física) em muito de seus estudos não se preocupar com os aspectos humanos e sim apenas com os fenômenos da natureza.

Isto não significa que a Geografia é apenas uma ciência social, e nem conseguiria ser assim, pois desconsiderar os processos naturais é aceitar que a natureza não existe como um fator permanente da vida no planeta.

Tal incongruência identificada por Drummond [12] não se justifica, pois a interface da história natural com a história social coloca a sociedade na natureza, enfim – implica necessariamente atribuir aos componentes naturais “objetivos” a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humana.

Nesta linha de pensamento Bertrand e Bertrand [13], corroboram esta observação de Drummond (op. cit), quando identifica que:

“... a natureza não pode mais ser apreendida a partir de cronologias estritamente naturalistas. O movimento da natureza deve ser inscrito no movimento da história humana e vice-versa. A natureza como tal é vivida pelas sociedades não cessou de evoluir no fim das grandes glaciações do quaternário e a pequena era glacial não é certamente a única catástrofe natural dos tempos históricos (...). Além disso, o tempo natural não é o tempo social e os dois devem ser constantemente confrontados. Nesta perspectiva, a análise dos ritmos, em particular de ordem biológica, resta inteiramente por ser reconsiderada. É preciso também que o geógrafo reaprenda a circularidade do tempo, das fenologias naturais e dos ritmos calendários. Hoje, na geografia, não existem mais estações! Como falar em meio ambiente e de paisagem se perdemos o sentimento da duração e esquecemos a cor do tempo?...”.

Confrontando as definições de Geografia, aqui apresentadas com minhas observações cotidianas em sala de aula, enquanto docente do Ensino Fundamental e Médio, durante os anos de 1998 e 2006, na Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, fica claro que o ensino dos conteúdos de Geografia Física

nas séries iniciais é desvinculado das práticas sociais, enquanto os mesmos conhecimentos, quando revisitados nos Ensino Médio se diferenciam, apenas pelo fato de serem contextualizados no âmbito da dinâmica social.

Neste sentido, poder-se-á dizer que os conteúdos relacionados às questões ambientais, no ensino médio, são de Geografia Física? ou Ambiental ? ou simplesmente Geografia...

Geografia Física, Geografia Ambiental ou Simplesmente Geografia?

A Geografia Escolar assumiu um grande fardo, na medida em que é a disciplina que se encarrega de tentar explicar o mundo aos jovens estudantes. Entretanto, como avalia Bertrand e Bertrand [13] a Geografia não é toda natureza, a Geografia não pode pretender como ela o fez ao longo dos séculos passados e ainda na maior parte de nossos manuais de ensino, transmitir a totalidade do fato natural, sob todos os aspectos e em todas as escalas de tempo e espaço. Isto porque, corre-se o risco de se fazer uma compilação de informações veiculadas pela mídia e outras ciências e, por conseqüência, ocultar o que realmente é fruto da pesquisa na área de Geografia.

Este problema se identifica na fronteira da Geografia com as ciências naturais, uma vez que, a finalidade de conhecer a estrutura e o funcionamento dos fenômenos naturais, ultrapassa o limite da ciência geográfica com as ciências afins.

Essa realidade se intensifica, em uma época, que o ambientalismo confunde aquilo que é Geografia, Biologia, História, dentre outras disciplinas. Nesta perspectiva, Colangelo [14] acusa o ambientalismo pelo empobrecimento da ciência, porque o ambiente segundo o mesmo autor é compreendido como tudo. Caso a linha de pensamento ambientalista, reinante nas universidades continue no campo das generalidades ambientais e da descrição dos fenômenos naturais e sociais, este poderá dificultar o desenvolvimento da ciência. Isto pode significar o próprio fim da história do pensamento da Geografia, e da própria ciência.

Esta discussão, embora seja densa, não é intensamente enfrentada nos meios acadêmicos e, por conseguinte, não alcança os

bancos escolares, que utilizam os conceitos da Geografia Física, que para Sanches [7] hoje são revalorizados.

Retomando a questão levantada anteriormente. Atualmente, a Geografia Escolar se utiliza da Geografia Física para compreender as questões ambientais?

Antes disso, cabe entender que a Geografia física é uma ciência que estuda os componentes do meio ambiente natural, compartilhado com outros campos de estudos com outras ciências da natureza Bermúdez [15].

Com base nesta definição, pode-se dizer que ainda na Escola se ensina a Geografia física, mas esta mesma não pode ser definida como tal para o ensino médio, em razão dos conteúdos serem abordados dentro de um contexto social, até porque a Geografia jamais pode se desprender da concepção antropocêntrica. Neste sentido, que segundo Bertrand e Bertrand [16]:

“... a Geografia também tem a obrigação de transformar um produto natural bruto (massa de ar, árvore, montanha, fonte) em produto “socializado”, isto é, incorporado nas problemáticas sociais, econômicas e culturais. A partir de um fato, a geografia tem a obrigação de produzir a mais valia social...”

Com base nesta explanação, a Geografia que procura compreender as questões ambientais não pode ser definida como Geografia Física, mas sim como Geografia Ambiental, principalmente no ensino médio. Porém, esta adjetivação (Geografia Ambiental) para alguns autores é desnecessária, pois conforme Bermúdez [15] e Amorim [17] a ciência geográfica já abrange a discussão acerca do meio ambiente.

Contudo, Suertegaray [18] não entende que haja um pleonasma vicioso, em razão de admitir, que nem toda análise do espaço geográfico tem como objetivo focar as transfigurações da natureza pela prática social, muito embora, não considere apropriado qualificar a Geografia.

O ensino da Geografia Física sempre foi direcionado à compreensão restrita dos fenômenos naturais. Porém, o que se observa hoje é a utilização de reportagens de jornal e revista, a respeito os impactos socioambientais decorrentes de fenômenos naturais noticiados pela mídia, tais como: furacão, tsunami,

inversões térmicas, ilha de calor, efeito estufa, redução da camada de ozônio, desertificação, dentre outros.

Caso não exista esta vinculação o interesse pelo tema desaparece por parte do aluno. Isto demonstra que não mais se ensina uma Geografia Física nas Escolas? ou apenas Geografia Ambiental? Acredito que a resposta para esta questão é simplesmente... Geografia. Hoje mais preocupada e requisitada a responder e compreender as formas de apropriação do espaço geográfico.

As Questões Ambientais Reportadas a Sala de Aula por Meio de Recortes de Jornais: O Exemplo das Chuvas

A análise geográfica do clima, não compreende o mesmo como uma combinação de elementos físicos na atmosfera. Entretanto, muitos professores são atraídos pela concepção do estado médio da atmosfera.

O clima não é puramente um conjunto de dados meteorológicos, na medida em que estes não demonstram o ritmo dos elementos do clima como vento e a chuva associada às atividades humanas. Além disto, existem outros fenômenos climáticos tais como: nevoeiros, friagens, sereno, as chuvas fortes de curta duração, dentre outros que criam uma identificação com a paisagem humana.

Segundo Fialho et. al [19], embora singela, em vários momentos a chuva gera sentimentos, nem sempre tão alegres, principalmente em áreas urbanas, que de acordo com Sennett [20] apresenta um ritmo de vida não mais determinado pela variabilidade dos elementos da natureza. Hoje os habitantes das cidades sofrem de uma tensão pré-chuva, ou melhor, uma síndrome do medo em razão da formação dos primeiros *cumulos nimbus* (Cb), desenvolvendo um pânico, não tão exagerado, tal como a personagem Cascão da Turma da Mônica (Figura 1) nas pessoas.



Figura 1 – O medo da Chuva de Cascão é muito semelhante ao desenvolvido pela população urbana, quando avistam potenciais nuvens de chuva, como as *cumulus nimbus* (Cb). Muito embora, o seu receio de Cascão advenha não da chuva em si, mas por não não admirar a prática da higiene pessoal. Esta figura foi obtida junto a publicação do segundo caderno do Jornal O Globo em 3/8/ 2004, p. 7

Fonte: Fialho et. al [19].

O reflexo disso, no comportamento humano ocasiona o aumento da ansiedade, o que gera por consequência uma diminuição da produção das tarefas do trabalho. As pessoas procuram sair do serviço antes do início da chuva, quando o evento se anuncia, geralmente, em cidades grandes como, São Paulo e Rio de Janeiro, quase sempre no final do expediente. Como a maioria dos trabalhadores tem as mesmas atitudes, deixar o trabalho e voltar para sua casa. A consequência imediata é o congestionamento de pessoas e de veículos nas ruas, o que faz aumentar o tempo fora de suas casas.

Atualmente, além dos congestionamentos, os eventos pluviais intensos são capazes de colocar a prova a capacidade de desculpas dos membros do poder executivo (municipal, estadual e federal), que se digladiam em acusações a cada época de verão em países tropicais, onde as chuvas intensas não são mais a exceção, mas a regra.

Um exemplo, não muito recente, do conflito político ocasionado pelas chuvas ocorreu em dezembro de 2001. No dia 28/12/2001, o Jornal O Globo [21], publicou uma matéria que o até

então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso criticava a inoperância das Prefeituras e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dizendo: “... *O povo não tem culpa, porque precisam morar. Então a responsabilidade é do governante, que tem que arranjar um local adequado para o povo morar...*” .

Após a declaração do até então presidente da república, no dia 29 /12/2001, o Jornal O Globo [22] publicou uma matéria sobre a inércia das autoridades municipais e estaduais do Rio de Janeiro e uma entrevista do governador do Estado do Rio de Janeiro, reforçando as críticas do Presidente e acusando as prefeituras das regiões afetadas pelas chuvas por nada ou pouca coisa fazerem para impedir que terrenos inadequados à construção de moradias sejam ocupados. Em razão disso, o Prefeito de Duque de Caxias, resolveu contra-atacar, produzindo uma das cenas mais hilárias do cenário político fluminense, que fora retratada no dia seguinte por uma charge, no mínimo interessante, pois evidencia a despreocupação com as soluções e muito menos com a população desabrigada (Figura 2).



Figura 2 – A charge retrata a discussão entre o até então prefeito do município de Duque de Caxias e o ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Antony Garotinho.

Fonte: Fialho et. al. [23].

Nesse jogo de empurra do compromisso político, naquele momento, a reprimenda presidencial foi oportuna e adequada, porém injusta. Em primeiro lugar a situação não decorreu da ocupação recente e segundo, o município não tem instrumentos legais necessários para promover uma ocupação adequada e um poder de fiscalização eficiente. Apesar disso, a responsabilidade acerca dos prejuízos causados pelos eventos intensos de chuva ocorridos nos municípios brasileiros, geralmente, é imputada a gestão anterior. Entretanto, o representante do poder executivo que vivencia as fragilidades da cidade promove um discurso demagógico acusando as forças divinas de castigar as populações descrentes.

Considerações Finais

Após esforço de tentar refletir como a Geografia vêm abordando as questões ambientais, à luz da revalorização do conhecimento geográfico, acredita-se que a educação escolar deve ser repensada, caso ainda tenha como intuito formar cidadãos capazes de compreender e modificar o seu meio, produzindo um conjunto de melhorias para a sociedade.

Para tanto, as práticas pedagógicas fragmentárias, o processo de formação acadêmico e o processo de aperfeiçoamento do corpo docente devem ser pensados e reestruturados de maneira integrada, a fim de vencer o obstáculo da visão de mundo da ciência construída nos centros universitários, que reforçam a idéia de dominação do homem sobre a natureza, ignorando que este faz parte dela.

Uma das soluções para se alcançar à formação de cidadãos, fugindo da atual visão limitada de mundo, é a elaboração e execução de Projetos em Educação ambiental, que muitas Escolas já desenvolvem. Tais soluções seriam suficientes si não atuarmos nos pontos frágeis do processo educativo? A busca será vazia se pensarmos em pontos isolados da estrutura educacional? Como apenas promover a conscientização do aluno sem nos preocuparmos com a estrutura curricular, o desenvolvimento de materiais didáticos, curso de atualização para os docentes e a avaliação crítica e constante das práticas pedagógicas propostas ao longo do trabalho.

Referências

1. MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008, 191p.
2. JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p.118–205, 2003.
3. ERNARDES, Maria Beatriz Junqueira; NEHEME, Valéria G. de Freitas; COLESANTI, Marlene T. Munoz. O ensino e geografia e educação ambiental: Desafios da práxis cotidiana. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 16, n. 31, p. 125–135, 2004.
4. KOZEL, Salete. Ensinar geografia no terceiro milênio: Como? Por que? **Revista RAE´GA: O espaço geográfico em análise**. Curitiba, v. 2, n.2, p. 141–152, 1998.
5. FIALHO, Edson Soares. O meio ambiente: O discurso geográfico rumo a transdisciplinaridade. **Revista Ponto de Vista**, Viçosa, n. 4, v. 4, p. 37–48.
6. BORTOLOZZI, Arlêude; PEREZ FILHO, Archimedes. Diagnóstico da educação ambiental no ensino de geografia. **Cadernos de pesquisa**, Campinas, n. 109, p. 145–171, 2000.
7. SANCHES, Fabio de Oliveira. O ensino da geografia física sob a perspectiva ambiental. **Revista de Ciências Humanas**, Taubaté, v. 11, n. 2, p. 129-135, 2005.
8. MOREIRA, Diego. **Geografia: conceitos e temas**. Disponível em: <http://conceitosetemas.blogspot.com/2007/11/texto-publicado-originalmente-em.html>. Acesso em 1 out. 2008.
9. CHRISTOFOLETTI, Antônio. Questões ligadas à pesquisa e ao ensino em Geografia Física. in: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA

- FÍSICA APLICADA, 5, 1993, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, p. 21–29, 1993.
10. FOURNIER, Jerome. Relações entre Geografia e Natureza. **Revista RAÍÇA**, Curitiba, v. 5, n. 5, p. 79–98, 1998.
 11. BERTRAND, George; BERTRAND, Claude. A natureza na geografia: Um paradigma de interface. In: **Uma Geografia transversal e de travessias: O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades.** (org.) PASSOS, Messias Modesto dos. Maringá: Massoni, p. 81–97, 2007, 332p.
 12. DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177–197, 1991.
 13. BERTRAND, George; BERTRAND, Claude. Não há território sem terra. In: **Uma Geografia transversal e de travessias: O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades.** (org.) PASSOS, Messias Modesto dos. Maringá: Massoni, p. 187–192, 2007, 332p.
 14. COLANGELO, Antonio Carlos. Geografia Física, Pesquisa e Ciência geográfica. **GEOUSP–Espaço e Tempo**, São Paulo, n.16, p. 9–16, 2004.
 15. BERMÚDEZ, Francisco López. Geografia física y conservación de la naturaleza. **Papeles de Geografia**, Murcia, v. 36, p. 133–146, 2002.
 16. BERTRAND, George; BERTRAND, Claude. A Geografia e as ciências da natureza. in: **Uma Geografia transversal e de travessias: O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades.** (org.) PASSOS, Messias Modesto dos. Maringá: Massoni, p. 98–117, 2007, 332p.
 17. AMORIM, João Mateus. Geografia socioambiental ou geografia do meio ambiente? **Revista Geoambiente on-line**. Jataí, n. 5,

2005. Disponível em:
<http://www.jatai.ufg.br/ojs/index.php/geoambiente>. Acesso em
20 set. 2008.

18. SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física(?) Geografia ambiental (?) ou Geograia e ambiente(?). in: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: EdUFPR, p. 111–144, 2004, 265p.
19. FIALHO, Edson Soares; COSTA, Anna Regina Corbo; BERTOLINO, Ana Valéria Freire Alemão; BERTOLINO, Luís Carlos. Os impactos pluviais em São Gonçalo–RJ. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 11, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. cd-rom.
20. SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Record: São Paulo, 2003, 204p.
21. JORNAL O DIA. **FH vê estrado e ataca Políticos**. O Dia no Estado, p. 10. Rio de Janeiro, 28/12/2001.
22. JORNAL O GLOBO. **Brigas políticas impedem uso de recursos emergenciais**. Caderno Rio, p. 18. Rio de Janeiro, 29/12/2001.
23. FIALHO et. al. Enchente, Meio ambiente e Planejamento: Um Estudo de caso no município de Duque de Caxias-RJ. in: SILVA, Rafael. (org.): **Baixada Fluminense: Desafios e Possibilidades**. Rio de Janeiro: Paradigma, p.35-45, 2004.

Agradecimentos...

A Letícia Maria do Bomfim Fialho pelo seu sorriso ingênuo e alegria incontestes. A minha Esposa Edmar Maria do Bomfim Fialho pelo seu amor e dedicação.

